

# As medidas serão eficientes? Há dúvidas.

— Não adianta fazer cortes nos gastos públicos de forma a manter as aparências — alimentação, cartões de crédito, merenda escolar — quando há uma massa de cortes possível e efetiva nos seus resultados, inclusive os de pessoal ineficiente ou fantasma. É uma pena que, uma vez mais, se procure resolver o problema do déficit fiscal através do aumento da arrecadação de impostos, em lugar de controlar as despesas e dispêndios.

Essa crítica ao pacote econômico a ser anunciada terça ou quarta-feira próxima foi feita ontem, no Rio, pelo presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento — Anbid —, Ary Waddington, que ressaltou, porém, considerar o aumento dos impostos "socialmente mais justo do que a

emissão inflacionária de dinheiro". E ponderou: "O mesmo rigor do governo para buscar novas receitas através de impostos, deve ser aplicado no controle da sua própria capacidade de criar despesas. Em caso contrário, daqui a seis meses novos impostos terão de ser criados, para compensar os gastos crescentes do setor público".

Entre as anunciadas medidas do pacote econômico que são apoiadas por Waddington, ele destacou o imposto de 3%, na fonte, para aplicações de pessoas físicas e jurídicas no **open market** — pois a seu ver o **open** "está sendo utilizado em demasia para cobrir gastos que deveriam ser sustentados por dívidas de longo prazo e não pelo **overnight**; e a redução ou eliminação do Imposto sobre Opera-

ções Financeiras e a reforma das funções do Banco Central — que passaria a ser exclusivamente a autoridade monetária — e do Banco do Brasil — transformado em órgão de fomento e com atuação normal de mercado como banco comercial. "Não tememos o Banco do Brasil se ele concorrer em termos de mercado, em vez de receber dinheiro a custo zero do governo e aplicá-lo a 60%", disse.

## Mais críticas

O governador Franco Montoro também criticou, ontem, em Campos do Jordão, o pacote econômico, pois "as medidas anunciadas somente deverão agravar a situação de penúria por que passa o País". O governador disse que "estamos em

fim de festa, promovida por uma equipe que assumiu o controle da economia do País em 64, mas o velho modelo econômico está chegando ao fim".

— Antes de divulgar o pacote econômico, o governo deve mediar sobre os reflexos dessa iniciativa sobre a agricultura, comentou o deputado Ivo Vanderlinde (PMDB-SC), membro da Federação da Agricultura de Santa Catarina.

— Enquanto o governo alardeia nova safra, isto é, nova super-safra, na verdade o Brasil está prestes a importar não somente arroz, como fora previsto por nós há dias, mas também milho, pois exportou sem conhecer o volume real da safra, bem como iremos importar leite e feijão — disse o deputado.